

O Assentamento “17 de Abril” e os desafios na organização coletiva do

trabalho. -Graziella Lima¹- Profa. Dra. Raquel Sant’Ana². _ Inter-áreas- Serviço Social.

Departamento de Serviço Social. Unesp-Franca-SP

Rua João Feliciano, 1082. VI. N. Sra. do Carmo. Franca/SP. fone: 9181 0104.

lima.graziella@ig.com.br

Este artigo refere-se ao trabalho de pesquisa em Iniciação Científica³ realizada no Assentamento “17 de Abril”, município de Restinga, SP. O foco de análise é organização do trabalho coletivo no modelo informal. O trabalho coletivo formal é caracterizado pela necessidade de documentação e contratos que legitimem a ação; já no informal, o que legitima o trabalho são as relações de identidade, confiabilidade e afinidade. Devido aos problemas encontrados nos assentamentos voltados à obtenção de créditos, bem como os relacionados à organização da produção, é que os movimentos sociais e entidades envolvidas na luta pela terra, incentivam o trabalho coletivo. No caso específico do assentamento, o que se busca analisar é como se dão as relações de trabalho informais.

A pesquisa foi iniciada a partir do contato com o Assentamento “17 de Abril” pelo Núcleo Agrário “Terra e Raiz” (NATRA), grupo de extensionistas composto por alunos dos cursos da Faculdade de História, Direito e Serviço Social e Relações Internacionais da UNESP/Franca. O grupo desenvolve trabalho em assentamentos e acampamentos da região desde 2000, tendo iniciado suas atividades com um projeto de desenvolvimento comunitário no Assentamento “17 de Abril”, município de Restinga/SP e que é lócus desta pesquisa. Hoje seu trabalho está concentrado no Acampamento “Mário Lago” em Ribeirão Preto/SP, Assentamento “Sepé Tiarajú em Serrana/SP e de forma pontual no “Bela Vista do Chibarro” em Araraquara/SP. O público alvo do grupo são crianças, jovens, mulheres e adultos, bem como tem seu trabalho voltado para as questões da produção, alfabetização, entre outras, envolvendo toda a comunidade local.

Voltado para o Horto Florestal denominado “17 de Abril” ou Fazenda Boa Sorte, este trabalho teve a contribuição de uma pesquisa anterior⁴, no que se refere ao histórico do assentamento e com relação ao trabalho coletivo e associações. A pesquisa realizada por Sant’Ana (et. All)⁵ trouxe dados sobre a organização coletiva e a existência de três associações no assentamento. Podemos constatar que muitos aspectos internos ao assentamento sofreram modificações e para melhor comparação dos dados parciais desta pesquisa, retomaremos um pouco o histórico do assentamento.

¹Graduanda em Serviço Social da UNESP/Franca.

²Professora do Departamento de Serviço Social da UNESP/Franca (orientadora)

³ Projeto de Pesquisa aprovado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) no ano de 2006.

⁴ Albuquerque, V. O. **Derrubando cercas, conquistando o chão:** A luta dos assentados na Fazenda Boa Sorte. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) apresentado a UNESP- Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Franca, 2000.

⁵ Sant’ana, R S.; (et. All.) **El MST y la producción colectiva** - Un estudio sobre El Asentamiento “17 de Abril de Restinga-SP”. UNESP-Franca/SP, 2003.

Contando com 200 famílias e aproximadamente 800 sem-terras, em 01 de janeiro de 1998, deu-se a ocupação de terras de propriedade da Ferrovia Paulista S/A (FEPASA). A área possui 2979 hectares e após a regularização para a implementação do assentamento, a forma discutida para a organização do trabalho foi a coletiva. Porém, as contradições passaram a surgir junto com as dificuldades, dentre elas, com a existência de eucaliptos plantados nos lotes, o que dificultou a preparação da terra para o plantio. A madeira do local também originou muitos conflitos entre os assentados, principalmente no que se refere ao investimento do recurso advindo delas, acarretando a divisão do assentamento em duas agrovilas: a agrovila 01, ligada ao Movimentos de Libertação dos Sem-Terra e a agrovila 02, ligada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). As condições para a organização da produção coletiva foram abaladas e o que se busca no assentamento hoje, é o resgate dessas relações e da adesão ao trabalho coletivo. Este é estimulado devido as dificuldades de investimentos, na viabilização econômica, nas estratégias de reprodução social mais seguras, facilitando o acesso à créditos, comercialização e aumento da produção (Stédile, 1999)⁶.

Apesar de todas as contradições existentes, atualmente, o assentamento conta uma escola de 1ª. à 4ª. série funcionando em tempo integral, o que facilitou o acesso das crianças à educação. Com relação à saúde, um Posto de Saúde da Família também está instalado e esses locais foram acomodados em construções já existentes na fazenda. O problema do transporte foi administrado via convênio com a prefeitura do município de Restinga e a rede elétrica também existe a partir do Programa “Luz Para Todos” do governo Federal. Já no que se refere à captação de água, esta ainda representa grande foco de preocupação. Outro problema freqüente o que mais impede o planejamento do cultivo é o acesso aos créditos, visto que os recursos sempre chegam atrasados, passando da “época das chuvas”, momento em que o solo deve estar preparado para o cultivo. Quando se trata da organização da produção no assentamento, tanto forma individual como coletiva é encontrada.

Dentre as três associações citadas na pesquisa anterior, apenas uma continua atuando, a “Dorselina Foliadora” e apenas na comercialização de produtos. Ligado a esta associação, um grupo de mulheres trabalha no modelo organizativo informal, grupo denominado “Margarida Alves”⁷. Este pequeno grupo volta-se para a comercialização de produtos colhidos em seus lotes como: mandioca, chuchu, maracujá, além da formação de uma horta que, atualmente está produzindo rabanete, rúcula, beterraba, alface, cebolinha, couve, etc⁸. Esses produtos são comercializados em uma feira no CEASA na cidade de Franca, SP (17 quilômetros do assentamento). O grupo está em atividade a aproximadamente três anos e outra atividade também realizada é a confecção de pães, roscas, doces em compota, que além de serem escoados para a feira, também são comercializados para a Prefeitura de Restinga, num convênio realizado via associação para o incremento da merenda escolar do

⁶ Stédile, J.P.; Fernandes, B.M. **Brava Gente. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.pág. 100

⁷ Apesar de não serem associadas, as mulheres deste grupo têm a comercialização de sua produção facilitada graças ao apoio da Associação “Dorselina Foliadora”, principalmente no que se refere à documentações e notas de pagamento/recebimentos aos seus compradores.

⁸ Dados colhidos em pesquisa de campo.

assentamento. Na forma de rodízio encontram a solução para organizar o trabalho, já que as mesmas trabalhadoras não exercem todos os dias a mesma tarefa. Para a confecção destes produtos, quando do pagamento do grupo, este é desmembrado em cinco partes: uma para cada trabalhadora e uma voltada para a necessidade de matéria-prima adquirida externamente ao assentamento.

No “17 de Abril”, além do grupo de mulheres, que apresentaram características de organização do trabalho coletivo informal, um grande clã familiar que também organiza o trabalho neste modelo informal foi detectado. Esta família é composta por oito irmãos, dos quais seis trabalham de forma coletiva informal. Neste caso, a força de trabalho e a escolha do produto a ser cultivado nos lotes, é estabelecida coletivamente, porém a comercialização, a disposição das plantações no lote, a organização do espaço no terreno é definida individualmente. Observamos a experiência da troca de dias de trabalho como forma de pagamento e que a cooperação acontece apenas na atividade física, visto que cada um comercializa sua produção individualmente, o que representa, neste caso, uma limitação quanto ao caráter coletivo da atividade produtiva. Em nosso contato com este grupo, ainda não foi possível obter maiores informações com relação ao custo da produção, acesso à créditos e a divisão do trabalho, bem como os elementos que particularizam esta organização coletiva informal e para tal análise, dados serão ainda coletados no processo de investigação.

Sobre o trabalho na forma coletiva, o autor Romano (1994)⁹ afirma que: *“Há condições objetivas para que um ator tenha a possibilidade de aprender uma nova forma de trabalho, incorporar e assumir como valor a importância e a necessidade do trabalho cooperativo, associativo, isto é, para que mude suas disposições econômicas.”* (p, 254).

A análise desses elementos é importante porque influi no quadro de definições das identidades dos grupos, interferindo na probabilidade de mobilização e no grau de politização entre trabalhadores. Os laços de confiança e de afinidades instituídas desde o início da comunidade, são representativos na organização do trabalho coletivo até os dias atuais. Percebemos também que as relações parentesco, compadrio, de vizinhança, entre outras, estão articuladas com as formais, e o aspecto “confiabilidade”, neste caso, é responsável pela adesão ou rejeição ao trabalho coletivo. Influenciam no convívio e na participação dos trabalhadores assentados e, a partir destas informações procuramos analisar como se estabelecem, no Assentamento “17 de Abril”, essas relações e quais as implicações para a disposição do trabalho coletivo, em especial, do informal.

Bibliografia

⁹ Romano, J.O. Poder, Valores e Conflitos nos Processos de Organização no Interior dos Assentamentos. Comentários A Um Debate; In. :Medeiros, L; Barbosa, M. V.; Franco, M. P.; Esterici, N.; Leite, S. (Orgs.) **Assentamentos Rurais: Uma Visão Multidisciplinar**. Ed. Unesp. São Paulo. 1994.

Albuquerque, V. O. **Derrubando cercas, conquistando o chão:** A luta dos assentados na Fazenda Boa Sorte. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) apresentado a UNESP- Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Franca, 2000.

Romano, J.O. Poder, Valores e Conflitos nos Processos de Organização no Interior dos Assentamentos. Comentários A Um Debate; In. :Medeiros, L; Barbosa, M. V.; Franco, M. P.; Esterci, N.; Leite, S. (Orgs.) **Assentamentos Rurais: Uma Visão Multidisciplinar**. Ed. Unesp. São Paulo. 1994.

Sant'ana, R S.; (et. All.) **El MST y la producción colectiva** - Un estudio sobre El Asentamiento “17 de Abril de Restinga-SP”. UNESP-Franca/SP, 2003.